



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 30, DE 2007

Institui a Frente Parlamentar pela valorização do Trabalho.

O **SENADO FEDERAL** resolve:

Art. 1º Com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, em busca de soluções viáveis para a atual crise social brasileira, particularizada por índices recordes de desemprego e de subemprego, fica instituída a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho será integrada, inicialmente, pelas Senhoras Senadoras e pelos Senhores Senadores que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir outros parlamentares detentores de mandato popular.

Art. 3º A Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho reger-se-á por Regulamento Interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Busca-se, no momento, os meios e as formas de realizar grandes investimentos em infra-estrutura e nas chamadas áreas sociais; coloca-se em discussão o Plano Plurianual (PPA) para definição do planejamento estratégico; procura-se novos mercados para ampliar as exportações; define-se um novo modelo energético, reforçando o papel do Estado; recompõe-se o papel desenvolvimentista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); reconstrói-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); lança-se um Programa de Desenvolvimento sustentável para a Amazônia; estabelecem-se vários programas sociais e um plano de assentamento na terra de milhares de famílias em um ano; obtém-se certo êxito na inserção internacional do Brasil e se reconstroem os marcos iniciais de uma política externa soberana; investe-se na democratização da relação do governo com a sociedade, com a formação de conselhos de discussão estratégica e temática.

Porém, essa realidade de múltipla ação governamental, exige um fio condutor político em relação a uma estratégia de desenvolvimento atual, que comporia um Projeto Nacional. A difícil recuperação do desenvolvimento econômico não se dá de forma espontânea, conforme mostra nossa história recente, considerando-se os exemplos desenvolvimentistas percorridos pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Uma vez aceito que a valorização do trabalho deve ser a fonte do engrandecimento do mercado interno e o fundamento do novo projeto de desenvolvimento nacional, é preciso alinhar algumas medidas, iniciativas, propostas e reivindicações relevantes nesta direção. O ponto de partida já está dado pelo próprio movimento concreto dos trabalhadores e de suas organizações no âmbito sindical e político-partidário. Entre as bandeiras que configuram a pauta da valorização do trabalho constam:

1- Ampliação do nível de emprego.

O combate ao desemprego é uma questão central na atualidade. O emprego não gera apenas produção e renda; também cria e amplia o mercado consumidor. Como ensina o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, "se você não recuperar o emprego não recupera a renda. Na verdade, o que é o emprego? O emprego cria um ponto ali em que o sujeito que não recebia nada passa a receber uma renda monetária e passa a gastar. Se não se recupera o emprego não acontece nada".

Sabe-se que existe razoável capacidade ociosa em vários setores da economia, sobretudo naqueles que não estão voltados ao mercado externo. Todavia, em geral compreende-se a capacidade ociosa como um fenômeno restrito à capacidade instalada na produção. Para se medir a potencialidade desperdiçada das forças produtivas, porém, é indispensável agregar aos equipamentos e instalações relativamente inativos a ociosidade involuntária da força de trabalho. Desemprego é desperdício, é ineficiência econômica, é capacidade ociosa de força produtiva. Combatê-lo é questão de bom senso econômico e político.

No capitalismo, o emprego parece depender, unicamente, do investimento privado. Mas isto não é de todo verdadeiro. Desde a falência do liberalismo nos anos 1930, a intervenção do Estado passou a ser decisiva. A necessidade de políticas públicas contra o desemprego é hoje uma obviedade.

2- Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário.

Esta bandeira histórica do movimento operário mundial é hoje apontada, até por especialistas da ONU, como uma das principais soluções para a crise do desemprego. A experiência concreta sugere, por variados motivos, que a redução da jornada favorece o desenvolvimento. A redução da jornada gera emprego e favorece o crescimento. A experiência francesa confirma esta assertiva. No período em que foi implantada a semana de 35 horas, no governo de Lionel Jospin, foi notável a recuperação do nível de emprego. A diminuição do tempo médio de trabalho teve papel central no crescimento da economia, melhorou a distribuição da renda e ampliou o consumo, embora não tenha sido uma panacéia capaz de evitar o contágio das crises recorrentes do capitalismo.

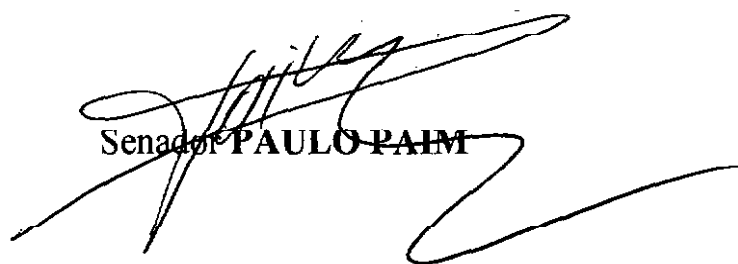
A distribuição mais justa e racional do tempo de trabalho é uma exigência objetiva dos novos tempos. É uma resposta à necessidade de harmonizar as relações de produção ao avanço das forças produtivas; as estatísticas revelam que contribuiu também para elevar a produtividade do trabalho.

É justo dar voz ao chamado "setor produtivo" e respaldar suas críticas à taxa de juros e mesmo à carga tributária, apontando para a necessidade de ampla união nacional. A ajustada bandeira do desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho aponta no futuro a hegemonia política da classe trabalhadora.

A retomada do desenvolvimento, com seu norte na transformação social requer escolha política, com suas conseqüências expressas em interesses concretos beneficiados ou contrariados. A decisão econômica é antes de tudo política – é esta que dirige a economia, não o contrário. Isso não significa a desconsideração das leis objetivas da economia e deixar de buscar as soluções técnicas compatíveis. A solução pode ser técnica, mas antes de tudo política e social.

Passemos logo das palavras às ações!

Sala das Sessões, 5 de junho de 2007.



Senador PAULO PAIM

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e Diretora)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 6/6/2007.